

O presidente das câmaras parlamentares da Monarquia, ao longo dos noventa anos da sua existência, vai incorporando, progressivamente, significados e significâncias cada vez mais complexos, mas também cada vez mais consistentes e bem definidos. Assim, se no início estamos perante uma figura de contornos ainda pouco claros e de competências muito reduzidas, com o tempo, a função presidencial vai-se revestindo de uma solenidade crescente, de um simbolismo mais visível e de uma dignidade gradualmente mais legitimada e reconhecida por todos. Se, durante as Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, entre 1821 e 1822, e nas Cortes Ordinárias e Extraordinárias, de 1822 e 1823, se percebe que, pela novidade do sistema, são os atributos pessoais – bom senso, diplomacia, equilíbrio, capacidade de liderança, polidez e subtileza – que determinam a escolha dos titulares dos cargos, progressivamente este padrão foi-se alterando. A consolidação do regime permitia emprestar ao titular as características que dele se esperavam.

In Considerações finais

coleção PARLAMENTO

OS PRESIDENTES DO
PARLAMENTO PORTUGUÊS
VOLUME I - TOMO I
MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1820-1910)

40
coleção PARLAMENTO

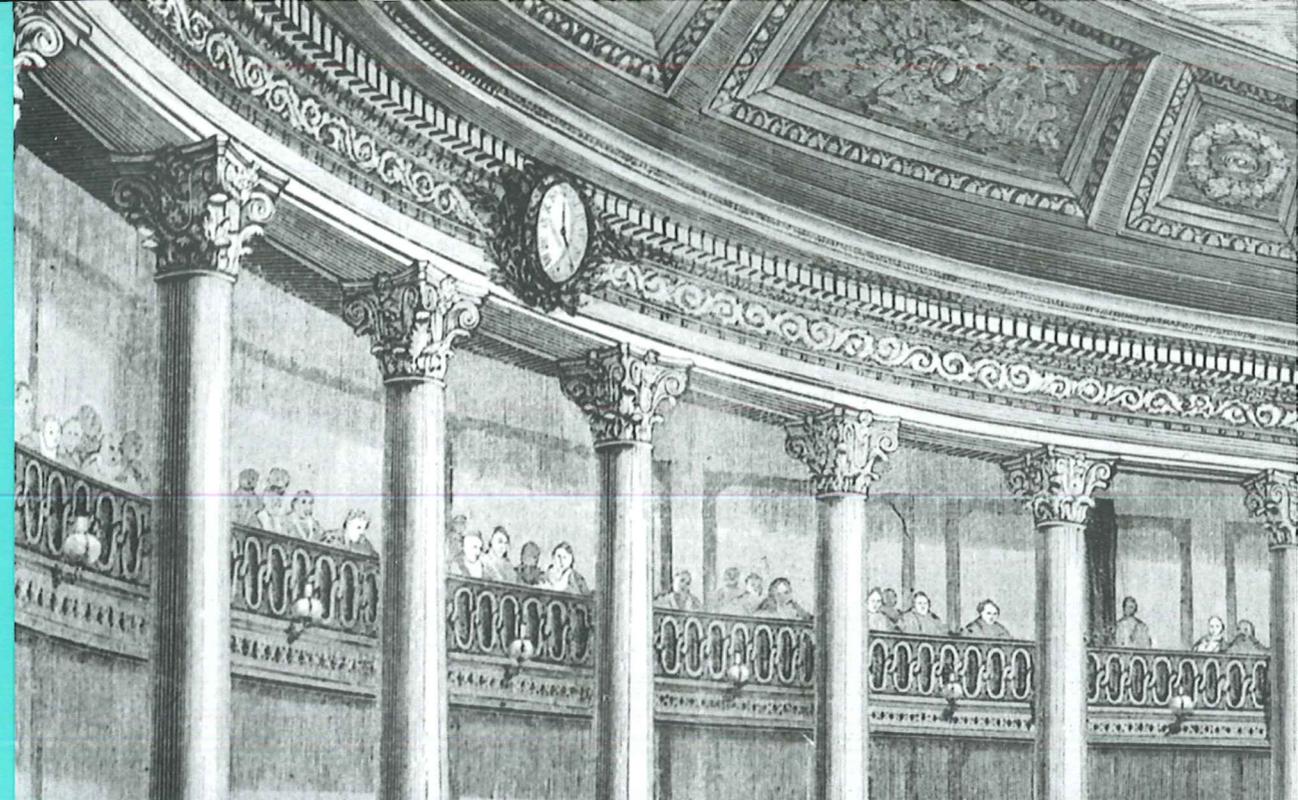
Coordenação Fernando de Sousa
Conceição Meireles Pereira
Organização Fernanda Paula Maia
Isilda Monteiro

coleção PARLAMENTO

OS PRESIDENTES DO PARLAMENTO PORTUGUÊS

VOLUME I - TOMO I
MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1820-1910)

Coordenação
Fernando de Sousa e Conceição Meireles Pereira
Organização
Fernanda Paula Maia e Isilda Monteiro





CESÁRIO AUGUSTO DE AZEVEDO PEREIRA

Presidente da Câmara dos Deputados
5.1.1866 | 14.1.1868
(Tomar, 5.10.1806 | Coimbra, 16.5.1878)

Cesário Augusto de Azevedo Pereira

Médico. Lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Diretor dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Licenciado e doutorado em Medicina.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra (1837). Governador civil de Coimbra (1846). Procurador da Junta Geral do Distrito de Coimbra (1856). Vice-presidente (1862-1863) e presidente (1852-1855; 1865-1869) da Câmara Municipal de Coimbra. Deputado (1857-1858; 1858-1859; 1861-1864; 1865; 1865-1868). Presidente da Câmara dos Deputados (1864-1865; 1866-1868).

Natural de Santa Maria Madalena, Tomar.

Filho de António Joaquim Viana e de Matilde Clara Benedita Pereira Viana.

O seu tio (e protetor), João Alberto Pereira de Azevedo, foi docente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Casou com Cândida Augusta de Azevedo Pereira, de quem não teve filhos.

Comenda da Ordem de Cristo.

Nasceu a 5 de outubro de 1806, na vila de Tomar, sendo filho legítimo de António Joaquim Viana, natural de Lisboa, e de Matilde Clara Benedita Pereira Viana, natural de Alvaiázere, moradores, ao tempo do nascimento, no Casal das Freiras, lugar da freguesia de Santa Maria Madalena, de Tomar. Ainda jovem, foi viver para Coimbra, residindo na companhia de seu tio e protetor, João Alberto Pereira de Azevedo (1782-1858), docente da Faculdade de Medicina e membro da loja maçónica Sapiência, que provavelmente o terá iniciado na Maçonaria.

Cesário Augusto de Azevedo Pereira matriculou-se na Universidade de Coimbra, em outubro de 1821, a fim de dar início aos estudos preparatórios (Matemática e Filosofia), obrigatórios para o acesso ao curso de Medicina. Após a sua conclusão, matriculou-se, a 6 de outubro de 1824, no 1.º ano médico, tendo prosseguido os estudos até ao 4.º ano, no ano letivo de 1827-1828, quando a Guerra Civil o obrigou a interromper o percurso escolar. De ideias liberais, alistou-se, em 1826, no Batalhão Rebelde de Voluntários Académicos, tendo assentado praça na 2.ª Companhia como “soldado n.º 35”.

Quando D. Miguel tomou o poder, foi “riscado” da Universidade de Coimbra, por ordem régia de 23 de julho de 1828, tendo saído do país, primeiro para a Galiza, dali para Inglaterra e depois para França, onde se fixou. Na qualidade de emigrado em Paris, subscreveu, em 1830, a declaração de protesto de deputados portugueses contra «qualquer ato tendente a destruir todos os direitos de D. Maria II como rainha reinante».

No termo da Guerra Civil, Cesário Augusto de Azevedo Pereira regressa a Portugal e reingressa, no ano de 1834-1835, na Universidade, para concluir os seus estudos de Medicina. Por dispensa concedida aos estudantes irradiados por razões políticas (decreto de 12.7.1834), tomou o grau de bacharel a 20 de outubro de 1834 e formou-se a 13 de dezembro desse mesmo ano. Após aprovação no “exame privado”, licenciou-se a 23 de julho de 1835 e doutorou-se a 31 do mesmo mês e ano. Iniciou a carreira docente universitária, na Faculdade de Medicina, no ano de 1837, como opositor da cadeira de Prática, do 5.º ano, tendo tomado posse, como lente substituto ordinário, a 20 de agosto de 1838, passando, no ano seguinte, a 26 de novembro de 1839, a lente catedrático, categoria em que se manteve até à sua jubilação, a 8 de fevereiro de 1870, com a idade de 64 anos.

O início da sua carreira docente coincidiu com um período difícil da sua vida particular, em termos de saúde, tendo-lhe sido diagnosticado um “catarro crónico” que o impediu de cumprir as funções docentes, obrigando-o a vários meses de ausência por doença, como se pode ler no seu processo da Faculdade de Medicina, constante do Arquivo da Universidade de Coimbra. Nesse período conturbado da vida académica, Cesário Augusto de Azevedo Pereira foi também alvo de um atentado por parte de estudantes, em junho de 1839, tendo ficado gravemente ferido, aparentemente por motivo de reprovação de alunos. Na sequência deste incidente, reuniu-se o claustro pleno da universidade, tendo-se decidido pela suspensão de todos os atos e solicitação ao governo de maior segurança.

Casou-se, «segundo o costume do reino», com Cândida Augusta de Azevedo Pereira, de quem não teve filhos, não havendo descendentes.

No âmbito da sua atividade universitária, Cesário Augusto de Azevedo Pereira ocupou o cargo de diretor dos Hospitais da Universidade de Coimbra, na década de 1850, tendo subscrito, nessa qualidade, no ano de 1851, uma “representação” enviada aos “senhores deputados da nação”, protestando contra a transferência dos “lázaros” (leprosos) do Colégio de S. José dos Marianos para o edifício de S. Jerónimo, quando o primeiro edifício é entregue, por decisão superior e sem auscultação prévia da Faculdade de Medicina, às religiosas ursulinas, da Vila de Pereira, para ali ser instalado um colégio para a instrução de meninas, como consta das atas das Congregações da Faculdade de Medicina, do dia 23 de dezembro de 1851. Perante o facto consumado e sem qualquer hipótese de reversão, manda realizar as obras necessárias, no primeiro andar do Colégio das Artes, para a instalação dos “lázaros”, mantendo-se, em funcionamento, no piso térreo do edifício, o Liceu de Coimbra. A coabitação, na mesma edificação, dos estudantes com os doentes causava-lhe o mais vivo repúdio e constituía um dos fundamentos do protesto levado às mais altas instâncias.

Aquando da epidemia de cólera que acometeu, no ano de 1856, alguns concehlos do distrito de Coimbra, dirigiu o Hospital de Coléricos, “o lazareto” na termi-

nologia popular, criado para o efeito na cidade, desde o início de agosto até finais de novembro, quando a epidemia foi dada como extinta. Na sequência do trabalho desenvolvido, Cesário Augusto de Azevedo Pereira redigiu um relatório clínico, publicado pela Imprensa da Universidade, em 1857, onde descreve, com grande pormenor, o avanço circunstanciado da doença e os procedimentos adotados no seu controlo e erradicação, afirmando, nas primeiras páginas, «ter cumprido os seus deveres [...] para com o Estado e para com a humanidade».

Membro da Maçonaria e filiado no Partido Histórico, «que serviu sempre com lealdade», como se escrevia, aquando do seu óbito, na notícia necrológica do jornal *Correspondência de Coimbra*, exerceu vários cargos político-administrativos no âmbito do poder municipal, bem como de prestigiadas instituições caritativas da cidade de Coimbra.

Ainda muito jovem, Cesário Augusto de Azevedo Pereira foi tenente da Guarda Municipal (1835-1837), passando a capitão, de 1837 a 1842, e a major, de 1846 até à extinção daquela força militarizada. Após a Revolução de 1846, foi empossado como governador civil de Coimbra.

Em 1837, foi vereador da Câmara Municipal de Coimbra, tendo sido seu presidente nos anos de 1852-1853 e 1854-1855, e prestado juramento e tomado posse, respetivamente, a 2 de janeiro de 1852 e de 1854. Ocuparia, no ano de 1862, o cargo de vice-presidente da Câmara.

No quadro dos seus mandatos camarários, procedeu-se, entre outras medidas, a melhoramentos na cidade, no sentido do reforço da salubridade e da higiene públicas, entre os quais, a construção de vazadouros públicos, a proibição de criar porcos dentro da cidade (ata de 12.1.1854), de torrar café, de acender fogareiros “fora de portas” e de funcionamento de fábricas de refinação de açúcar (ata de 28.6.1855). Investiu-se também no calcetamento de várias ruas e estradas, na reparação do cais das Ameias, benfeitoria imprescindível em caso de enchente do rio Mondego, assim como se deu início à construção do Cemitério da Conchada (sessão extraordinária de 10.3.1852), obra que se afigurava da maior pertinência face ao avanço da epidemia da cólera, com previsível impacto no aumento do número de óbitos, tal como efetivamente veio a acontecer, nos anos de 1855-1856, ao atingir grande parte do distrito e ao provocar um verdadeiro pânico na cidade. Data também do período em que esteve à frente dos destinos da vereação conimbricense, a assinatura do contrato de fornecimento de iluminação de gás à cidade, formalizado com o empresário britânico Hardy Hislop (ata de 6.10.1854), bem como se retomou a realização da tradicional procissão da Rainha Santa, a 4 de julho, depois de um longo interregno de cerca de vinte anos, já que não se efetuava desde 1832 (ata de 30.6.1852).

Prepararia a cidade, com o máximo cuidado, no ano de 1852, para a visita régia de D. Maria II, a qual se concretizou no mês de maio, tendo a Câmara decidido, em reunião de 8 de abril, pagar todas as despesas “com os comestíveis” de “sua majestade”, rejeitando-se a proposta de a rainha trazer consigo a “sua ucharria” (arcas onde se guardam bens alimentares) e os gastos correrem pelo “real bolsinho”. O escritor Bulhão Pato descreve, nas suas *Memórias*, o deslumbramento que lhe causou a chegada da Corte a Coimbra e a receção que lhe foi prestada. Afirma, a dado passo, que:

«A Câmara Municipal, no pouco tempo que teve, fez o que estava ao seu alcance. Na portagem levantou-se um arco de triunfo; na Calçada puseram-se pirâmides, adornadas de fóstões de flores; uma nesga de pardieiro velho caiu aos golpes da implacável picareta, junto ao Arco de Almedina; por toda a parte, por onde havia de passar o acompanhamento, se arcaram as ruas, se cobriram as janelas com colchas de seda e de damasco. Os barcos embandeirados e dispostos em linha; os barqueiros, vestidos de gorro escarlata, colete azul, cinta e meias-calças largas, esperavam, trepados nos mastros, a chegada de suas majestades. Enfim, [...] a Lusa-Atenas preparou-se esplêndida para receber a Corte.»

No âmbito desta visita, Cesário Augusto de Azevedo Pereira seria agraciado com a comenda da Ordem de Cristo.

Ainda no quadro do poder local, desempenhou o cargo de procurador da Junta Geral do Distrito, de 1853 a 1856, tendo sido eleito pelo Conselho Municipal de Coimbra e pelas câmaras de Ançã, de Montemor-o-Velho e de Tentúgal (ata de 14.3.1852). Considerado um dos homens “notáveis e poderosos da cidade” associou às funções políticas a chefia da Misericórdia de Coimbra, tendo sido seu escrivão em 1842-1843 e provedor em 1846-1847 e 1871-1872, assim como foi sócio benfeitor do Montepio Conimbricense e membro fundador e gerente do Asilo da Mendicidade de Coimbra, desde 1855 até à sua morte.

Foi eleito deputado, em várias legislaturas, entre 1857 e 1868, pelos círculos de Coimbra (1857-1858; 1858-1859 e 1865-1868) e de Cantanhede (1861-1864; 1865). Neste último caso, alcançaria uma maioria esmagadora nas diversas assembleias que constituíam o círculo de Cantanhede (Cantanhede, Portunhos, Febres e Mira), tendo sido eleito deputado com 1094 votos, num total de 1095 votantes (99,9%), sem protestos ou reclamações (sessões de 9 e 11.1.1865).

No desempenho das suas funções na Câmara dos Deputados, Cesário Augusto de Azevedo Pereira integrou as comissões parlamentares de Saúde (1858), de Verificação de Poderes (1861) e de Administração Pública (1861 e 1862). As suas intervenções no hemiciclo incidem, sobretudo, em matérias do interesse dos círculos que representa, assim como em temas mais especializados da área da saúde pública, diretamente relacionados com a sua formação académica em medicina. Relativamente ao primeiro assunto, registam-se as suas intervenções sobre a necessidade de implementar a construção da rede viária na região de Coimbra (estradas de Castelo Branco à Pampilhosa e a Foz de Arouce; de Coimbra a Mira). Quanto ao segundo aspeto, registam-se as suas interpelações sobre as dotações dos Hospitais da Universidade de Coimbra (relativas a pessoal ou a dispensários) ou sobre a reforma geral dos estudos médicos, insistindo na criação de mais cadeiras de índole prática, na Faculdade de Medicina, visto que, em seu entender, «quanto mais clínica tiverem os alunos, tanto maior garantia se dá para a população doente ser bem tratada». Avançaria com a proposta de abertura de “duas cadeiras”, a designar pelo conselho da faculdade, numa crítica indireta às sugestões de nomenclatura e de conteúdos temáticos de novas disciplinas indicados por parlamentares com formações académicas alheias à medicina (11.1.1862).

Ainda no âmbito das questões de saúde pública, Cesário Augusto de Azevedo Pereira foi uma das individualidades que subscreveu a proposta de reforma do decreto

de 3 de outubro de 1860 relativo a fábricas, oficinas e estabelecimentos industriais insalubres, tendo também tomado posição relativamente à insalubridade dos arrozais, que tanta polémica levantou no seu tempo, como cultura lesiva da saúde das populações residentes nas suas imediações. Nos anos posteriores, já então presidente da Assembleia, voltar-se-ia a insistir no «caráter morbífico dos arrozais», chegando alguns deputados a propor a sua «extinção em todo o reino», como forma de melhorar a saúde pública (23.4.1864), medida impossível de concretizar devido ao peso da orizicultura na produção nacional, constituindo uma importante fonte de rendimento, tanto para os proprietários como para as populações que nela trabalhavam.

Em 1862, a propósito da “questão das Irmãs de Caridade”, conflito político que dividiu a opinião pública nacional e que teve eco nas câmaras, integrou a lista de deputados que tomou posição contra a sua permanência em Portugal, votando contra as negociações realizadas, a este propósito, entre os Estados português e francês (31.5.1862). A sua fidelidade à causa liberal transparece, abertamente, em algumas tomadas de posição, seja ao subscrever a proposta de trasladação, «para lugar decente», dos restos mortais do «ilustre jurisconsulto e benemérito Manuel Borges Carneiro» (17.8.1861), seja na argumentação aduzida como fundamento da concessão de aposentação ao governador civil de Portalegre, Nicolau Anastácio de Bettencourt, «que emigrou em 1821 pela Galiza e fez todas as campanhas da liberdade de 1826 a 1833» (17.6.1862).

Na sessão de 4 de janeiro de 1864, da Câmara dos Senhores Deputados, Cesário Augusto de Azevedo Pereira foi eleito, pelos seus pares, como primeira escolha e maioria absoluta, para integrar a lista quádrupla de deputados a apresentar ao monarca para a seleção do presidente e do vice-presidente da Câmara dos Deputados, tendo obtido, na votação a que se procedeu, 63 votos num total de 104 listas entradas na urna (60,6%). Seria nomeado presidente, pelo rei D. Luís, a 5 de janeiro e, nesse mesmo dia, iniciaria funções, na Câmara dos Deputados, após ter prestado juramento, sobre o livro dos Santos Evangelhos (5.1.1864). Um dos seus primeiros atos como presidente do Parlamento, no ano de 1864, consistiu na aprovação do projeto de lei que reconhecia o príncipe real, Carlos, que nascera a 23 de setembro de 1863, como «sucessor do trono do reino de Portugal e Algarves, e seus domínios», bem como da escolha da deputação a apresentar cumprimentos aos monarcas pelo «auspicioso acontecimento» (9.1.1864).

Ao longo do seu primeiro mandato como presidente, Cesário Augusto de Azevedo Pereira não se destacou com qualquer intervenção de fundo, limitando-se aos procedimentos administrativos adequados à gestão disciplinar das sessões parlamentares, não obstante a candência de algumas das questões tratadas, objeto de prolongados e vigorosos debates. É o caso, entre outras, da questão da «abolição do monopólio do tabaco e do estabelecimento do fabrico e venda no reino, e da cultura nas ilhas da Madeira e Açores»; da reforma militar e revogação do decreto com força de lei de 21 de dezembro de 1863, bem como do Orçamento do Estado, na sua generalidade, sobretudo no tocante aos encargos da dívida interna e externa, questões que se arrastariam por várias sessões ao longo do ano de 1864.

Mais consensual foi a reforma da Câmara dos Dignos Pares do Reino, incluindo uniformes, e a aprovação da reconstrução da respetiva sala das sessões (18.6.1864), a qual não chegaria a ser viabilizada no decurso desse ano, por se reconhecer a insufi-

ciência de verba, sendo a sua dotação reforçada no ano seguinte, em 1865, com um crédito extraordinário, aprovado pelo Ministério dos Negócios do Reino (1.2.1865).

Não suscitaram grande contestação as alterações dos planos curriculares das licenciaturas da Faculdade de Medicina de Coimbra, bem como das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto e, ainda os da Escola Naval e de Construção, não obstante o seu impacto orçamental, visto implicarem aumento de dotação das respetivas escolas. Já a divisão territorial do país e a execução de obras pela companhia de caminho de ferro, provocaram frequentes chamadas ao Parlamento do ministro das Obras Públicas.

Nos anos de 1865 e de 1866 voltaria a ser reeleito presidente da Assembleia, tendo obtido, em ambos os casos, maioria absoluta nas votações realizadas: 80 em 87 listas entradas nas urnas (92 %), no ano de 1865, e 82 em 103 listas (79,6 %), no ano de 1866 (11.1.1865 e 3.1.1866).

As chamadas à ordem a outros deputados, bem como os seus insistentes pedidos de “moderação” nas expressões utilizadas serão frequentes, no ano de 1866, sobretudo no contexto da discussão do projeto de lei sobre liberdade de imprensa, que se prolongaria por várias sessões. Já no ano de 1867, são menos comuns os conflitos de palavras com deputados, exceto um pequeno *quid pro quo* com o deputado Sá Nogueira, na sessão de 12 de janeiro, a propósito de interpretações díspares acerca do Regimento da Câmara, fazendo notar ao referido deputado «que são bem injustas as arguições que acaba de fazer à Mesa, e apelo para a sua consciência».

A 4 de janeiro de 1867, voltaria a ser nomeado presidente da Câmara dos Deputados pelo rei D. Luís, entrando no seu quarto mandato. Nas brevíssimas palavras que pronunciou aquando do ato de juramento, agradeceu a honra da reeleição e «esperar vir a ser coadjuvado no cumprimento da sua função pelos membros da Assembleia» (4.1.1867). Nesta legislatura, a última sessão a que Cesário Augusto de Azevedo Pereira presidiu teve lugar no dia 26 de junho, realizando-se, no dia seguinte, a Sessão Real de Encerramento das Cortes Gerais Ordinárias da Nação Portuguesa (27.6.1867).

Ao longo desta legislatura, as questões financeiras polarizaram as atenções, em particular a redução das despesas do Estado, constituindo um dos temas mais debatidos. Em concreto, as atenções centraram-se, ao longo de várias sessões, na discussão do projeto de Resposta ao Discurso da Coroa, sobretudo no que toca às questões orçamentais, no “projeto sobre a conversão dos emolumentos em receitas do Estado e aposentação dos empregados” ou na questão da descentralização da Administração Pública, entre outras candentes questões.

No ano de 1868, voltaria a ser o deputado mais votado pelo membros da Câmara para presidente da Assembleia, obtendo maioria absoluta (89 votos em 111 listas entradas na urna) (7.1.1868). Seria nomeado presidente da Câmara dos Deputados, pelo rei D. Luís, a 10 de janeiro, e, nesse mesmo dia, após o ato de juramento, entrou em funções. As suas primeiras palavras foram dirigidas à Assembleia, para agradecer a honra da sua nomeação e a prova de confiança demonstrada, afirmando «esperar vir a ser coadjuvado por todos os senhores deputados», afirmação que foi bem acolhida pelos seus pares, tendo merecido «muitos apoiados». Nessa mesma sessão, dirigiu um conflito de palavras entre os deputados Fausto Guedes e José de Moraes, invo-

cando o habitual argumento de que «o Regimento não permite que se tratem questões pessoais».

Este quinto mandato presidencial de Cesário Augusto de Azevedo Pereira foi muito breve, terminando abruptamente a 14 de janeiro, data da dissolução da Câmara dos Deputados, depois de ouvido o Conselho de Estado (14.1.1868), sendo convocadas novas eleições para 22 de março. A Revolta da Janeirinha, ocorrida no primeiro de janeiro, nas cidades de Lisboa, Porto e Braga, contra a publicação, pelo ministro da Fazenda, de um decreto que regulamentava o imposto de consumo (sisa), agravando a carga fiscal, provocara um descontentamento popular, com impacto político, conduzindo à demissão do executivo governamental e à formação de um novo governo presidido pelo conde de Ávila.

Ao longo dos vários mandatos presidenciais, Cesário Augusto de Azevedo Pereira caracterizou-se pela assiduidade, sendo escassas as sessões a que faltou. Em 28 de abril de 1868, solicitou escusa das obrigações académicas, em virtude das suas frequentes deslocações a Lisboa, para o cumprimento das suas funções parlamentares, como consta do seu processo na Faculdade de Medicina.

A 31 de janeiro de 1877, no ano imediatamente anterior ao óbito, Cesário Augusto de Azevedo Pereira redigiu o seu testamento, pelo qual instituiu sua mulher como herdeira e, na sua falta, as sobrinhas Maria e Ana Teresa, filhas legítimas de Frutuoso José da Cruz, abastado negociante e proprietário da cidade de Coimbra, deixando também legados a outras duas sobrinhas, filhas de suas irmãs, com a obrigação de sustentarem de «casa, cama e mesa» a sua criada Henriqueta de Jesus.

Morreu com 82 anos de idade, em Coimbra, na sua residência, no Rocio de Santa Clara, na manhã de 16 de maio de 1878, «sem receber os sacramentos da Santa Madre Igreja», tendo sido sepultado, em jazigo, no Cemitério de Santo António dos Olivais. A Universidade prestou-lhe honras fúnebres, encerrando as portas no dia do seu funeral.

Deixou publicada a seguinte obra:

Relatorio clínico e economico do Hospital dos Cholicos em Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 1856. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1857.

Palavras pronunciadas por Cesário Augusto de Azevedo Pereira na tomada de posse como presidente da Câmara dos Deputados, em 1867

Está definitivamente constituída a Câmara dos Senhores Deputados.

Agradeço à Câmara a honra que acaba de fazer-me, habilitando sua majestade a nomear-me para este lugar. Procurarei mostrar-me digno destas honrosas provas de confiança, e espero que para esse fim serei eficazmente coadjuvado pelos ilustres membros desta Assembleia.

A Câmara há de certamente desejar que se mencione na ata um voto de louvor à Mesa provisória (*apoiados*).

(Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 4.1.1867)

Palavras pronunciadas por Cesário Augusto de Azevedo Pereira na tomada de posse como presidente da Câmara dos Deputados, em 1868

Está definitivamente constituída a Câmara dos Senhores Deputados.

Agradeço à Câmara o ter-me honrado com a escolha para este lugar, habilitando sua majestade para me nomear presidente da Câmara.

Espero tornar-me digno da honrosa prova de confiança que a Câmara depositou em mim, mas para isso confio que hei de ser eficazmente coadjuvado por todos os senhores deputados (*muitos apoiados*).

A Câmara deveria proceder desde já à eleição da lista quádrupla para a escolha dos suplentes à presidência; mas vou conceder a palavra aos senhores que a pediram, e depois se procederá a essa eleição, lendo-se em primeiro lugar o expediente.

(Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 10.1.1868)

Fontes e bibliografia

- AHMC – *Vereações*, 1850-1853; 1854-1855.
 AUC – *Certidões de idade*, vol. 10, 1772-1833, fl. 17.
 AUC – *Matrículas*, 1821-1822, fl. 257; 1824-1825, fl. 75v; 1834-1835, fl. 85 v.
 AUC – *Processo Faculdade de Medicina Dr. Cesário Augusto de Azevedo Pereira*.
 AUC – *Aviso regio mandando expulsar da Universidade os alunos constantes do mapa anexo que constituiram o batalhão rebelde* (23.7.1828).
 AUC – *Batalhões Académicos 1808-1919; Carta de curso*, 29.5.1841.
 AUC – *Livro de assentos dos óbitos da freguesia de São Francisco da Ponte, Coimbra (Santa Clara)* 017, 1878, fl. 3-3 v.
 AUC – *Provedoria. Livro de Testamentos*, n.º 181, fl. 48-51.
 AUC – *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina*, ano 1841 a 1852, vol. 5.
Diário da Câmara dos Deputados, 1857-1868.
Diário de Lisboa, 1865-1866.
Anais do Município de Coimbra 1840-1869. Nota preambular. Síntese e índices por Armando Carneiro da Silva. Coimbra: Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Biblioteca Municipal de Coimbra, 1972-1973, p. 215-263.
 “Relação dos doutores graduados pela Universidade de Coimbra durante o século XIX, dispostos segundo a ordem cronologica”. *Anuário da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1901-1902.
 AZEVEDO, Francisco António Rodrigues de, 1992 – *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
 CARVALHO, Joaquim Martins de, 1878 – “Cesário Augusto de Azevedo Pereira”. *O Conimbricense*, 18 de maio de 1878.
 LOPES, Maria Antónia, 2002-2003 – “Provedores e escrivães da Misericórdia de Coimbra de 1700 a 1910. Elites e fontes de poder”. *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVI, vol. 2.

MARINHO, Maria José, 2006 – “Pereira, Cesário Augusto de Azevedo”, in MÓNICA, Maria Filomena (coord.) – *Dicionário biográfico parlamentar 1834-1910*, vol. III. Lisboa: Assembleia da República/Imprensa de Ciências Sociais.

“Pereira, Cesário Augusto de Azevedo”, 1911, in PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme – *Portugal. Dicionário histórico, biográfico, bibliográfico, heraldico chorographico, numismatico e artístico*, vol. v. Lisboa: João Romano Torres Editor.

SIMÕES, A. A. da Costa, 1882 – *Noticia Historica dos hospitais da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

VAQUINHAS, Irene, 2000 – “O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para a sua história” in *“Senhoras e mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX*. Lisboa: Edições Colibri.